



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

030390/2024

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 637aea67-1011-40e4-9f02-ed750f7031a3

AUTUADO EM	Segunda-feira, 21 de Outubro de 2024
LOCAL DA AUTUAÇÃO	INFRAESTRUTURA - COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	LEONARDO GABRIG PEIXOTO
INTERESSADO (S)	
MJ COMERCIO E SERVICOS LTDA	

RESUMO

RECURSO PE 90.111/2024 e PA 6.490/2024 - MJ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

DATA:21/10/2024



MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
CNPJ: 47.522.306/0001-71

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo -

Referente: Processo de Nº 6.490/2024 - PE 90.111/2024 – Contratante UASG 985867

Objeto : Fornecimento de lanches, em atendimento às necessidades das atividades e eventos corporativos dos equipamentos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

A empresa MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 47.522.306/0001-71, com sede a Rua Teodoro da Silva, S/Nº - Lote 11 Quadra B – Viaduto - Araruama/RJ – Cep: 28.978-550, vem, por intermédio de seu representante legal o S.r. Marcos Augusto Da Mata Junior portador da carteira de identidade nº 28.455.881-4 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob nº 168.767.757-39, apresentar de forma tempestiva com base no artigo 183 da Lei 14.133/2021 o:

RECURSO

Pelos fatos e fundamentos a seguir:

No dia 07/10/2024 deu-se início ao Pregão Eletrônico de Nº 90111/2024 referente ao Processo de Nº 6.490/2024, começando pela fase de lances que estava agendada para iniciar as 10:00 horas da manhã, sendo encerrada as 10:25.

A empresa RKV ALIMENTOS LTDA inscrita no CNPJ nº 34.652.187/0001-20, foi declarada como habilitada e vencedora após envio das documentações, causando uma certa estranheza por não estar cumprindo diversas exigências do Edital

Sendo assim, gostaríamos de discorrer aqui nos fatos os motivos que precisam com urgência serem reavaliados e que produziram a necessidade deste RECURSO.

Dentre os fatos objetivamente contraditórios aos requisitos editalícios estão:

1 - Balanço apresentado de forma incompleta, sem assinatura do sócio, sem termo de abertura, sem termo de encerramento, sem registro nos órgãos competentes, e sem índices adequados. O balanço apresentado inclusive, além de incompleto é somente referente a um exercício (2023), quando o edital é claro solicitando conforme é permitido pelo Art. 69, § 6º da Lei 14.133/2021 dos 2 (dois) últimos exercícios. Abrindo-se precedente apenas em caso onde a empresa é aberta antes dos 2 (dois) anos.

Texto do Edital onde solicita a documentação.

18.4 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

18.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

18.4.2 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

End: Rua Teodoro da Silva, S/Nº - Lote 11 Quadra B – Viaduto - Araruama/RJ – Cep: 28.978-550

Tel: (22) 2665-3545

E-mail: mj.servicoscomercios@gmail.com



MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
CNPJ: 47.522.306/0001-71

2 - Não identificamos a apresentação da declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas que seria a Certidão de Cartório Distribuidor. Sabendo-se que o edital foi frágil na exigência deixando a critério da exigência do Pregoeiro, serve com mais um motivo de demonstrar a fragilidade do controle ao qual o Sr Pregoeiro bem como toda equipe pode estar sujeita nesta contratação, visto que não possuem segurança na apresentação de documento tão importante para configurar a confiabilidade da empresa na prestação do serviço.

Texto do Edital onde solicita a documentação.

18.2.1.1 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

3 – Não apresentou também a CND Estadual – ICMS. Não há o que falar sobre a não apresentação dessa documentação, salvo se identificado em SICAF, porém, não há registro onde nós possamos aferir essa condição, bem como não foi mencionado nada sobre isso no chat.

Texto do Edital onde solicita a documentação.

17.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

4 – Outro fato importante de mencionar é a declaração apresentada como justificativa para o não envio dos documentos solicitados (Balanço). Este é um dos maiores absurdos nesse certame, visto que a matéria em si já seria de natureza impugnatória com prazo de 48 horas para impugnação do edital em caso de não concordância com tais solicitações.

Ocorre que a matéria suscitada na habilitação, é fora de tempo e de contexto. Explico: Uma vez a empresa declarando estar habilitada e entrando num certame, não pode, noutro, iniciada a sessão e disputado o preço, alegar que tal documento é dispensável como se a concorrente pudesse vestir-se de Pregoeiro e de Comissão determinando a documentação necessária a ser apresentada. Entendemos que o edital e a Lei oferecem liberalidade ao Pregoeiro para decidir sobre determinados casos, e esse caso definitivamente não se trata de alçada do Pregoeiro e sim daquilo que foi determinado no edital e em Lei.

5 – Outro ponto inadmissível é um dos atestados de capacidade técnica ter sido anexado com informações supostamente ditas pela empresa que recebeu o serviço, porém no papel timbrado pela empresa que forneceu o serviço. Fato que cabe pedido de diligenciamento e esclarecimento por parte da empresa ora vencedora. Além de total anulação de qualquer efeito comprobatório de capacitação técnica, e ainda mais uma vez colocando em dúvida toda uma documentação que foi juntada.

6 – Por estes fatos e fundamentos acima que julgamos necessário uma minuciosa avaliação na documentação apresentada. Documentos faltando, documentos estranhos na forma como foram apresentados, declarações descabidas e descontextualizadas. Enfim, foram tantos equívocos que não conseguimos imaginar que se mantenha a vitória de uma empresa que não cumpriu muitos dos requisitos do Edital, cabendo ao Excelentíssimo Sr Pregoeiro, juntamente com sua equipe e pessoal técnico da Secretaria requisitante bem como seu Gestor a análise sobre a viabilidade de manter tal condições supostamente aprovadas, sob o olhar provavelmente reprovável dos Tribunais competentes.



MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
CNPJ: 47.522.306/0001-71

Do Pedido:

- Que seja reavaliada e até revogada a condição de vencedora do certame a empresa RKV ALIMENTOS LTDA.
- Que seja reprovada a aceitação do Balanço apresentado na sua totalidade em razão dos fatos já expostos.
- Que seja considerado que abrir mão de certidão de Cartório Distribuidor na validade é uma fragilidade na contratação do serviço.
- Que seja ao menos questionado se a empresa possui a certidão Estadual referente ao ICMS, visto que não ter a referida documentação hábil a tempo do certame e disputar o mesmo sem tê-la é assunto que excede a esfera Cível e editalícia.
- Que sejam diligenciados todos os atestados para análise das devidas comprovações de recolhimento de impostos, emissão de notas, entrada e saídas das mercadorias.
- Que seja ainda apurado o documento que atesta com timbrado da própria empresa beneficiadora do atestado. É de muita estranheza o fato de se ter um documento que deveria ser redigido no timbrado da empresa atestante sendo escrito no Timbrado da empresa que está sendo avaliada. Cabe solicitação de diligenciamento e esclarecimento no mínimo para entendermos o ocorrido.
- Que sejam enviados a todos os órgãos e tribunais competentes a cópia do processo em caso de constatação de algum tipo de má fé ou de ludibriação do ato público do certame.

No mais, nos abstermos de discutir jurisprudências e leis específicas neste espaço nesse momento ficando a cargo de buscas por direitos em sede jurídica se assim for necessária a busca por decisão em foro específico.

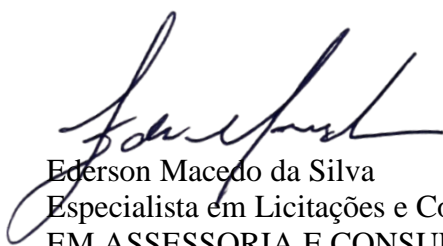
Nos colocamos a disposição para esta respeitável comissão e Pregoeiro em exercício.

Sem mais, atentamente.

Araruama-RJ, 10 de Outubro de 2024.

MARCOS AUGUSTO DA MATA JUNIOR
(Sócio/Administrador)
CPF: 168.767.757-39




Ederson Macedo da Silva
Especialista em Licitações e Contratos
EM ASSESSORIA E CONSULTORIA – CNPJ: 28.483.472/0001-61



AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Referente: Processo de Nº 6.490/2024 - PE 90.111/2024

Objeto: Fornecimento de lanches para atividades corporativas e eventos da Proteção Social Básica e Especial.

Contrarrrazões apresentadas pela RKV ALIMENTOS LTDA.

A empresa RKV ALIMENTOS LTDA, com sede na cidade de Sumaré-SP, na Av Rebouças, nº 3400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.652.187/0001-20 doravante representada por Thiago Suter Silveira, inscrito no CPF/MF sob nº CPF: 331.681.278-41, através de seu representante legal infra-assinado, vem apresentar suas contrarrrazões ao recurso interposto pela MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, conforme os pontos a seguir:

1. Balanço Patrimonial

A recorrente, MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, alega que o balanço patrimonial apresentado pela RKV ALIMENTOS LTDA estaria incompleto, sem assinatura do sócio, sem termo de abertura e encerramento, e que foi apresentado apenas o balanço referente ao exercício de 2023, em desacordo com as exigências do edital, que requer a apresentação dos balanços dos dois últimos exercícios sociais.

Contudo, o balanço patrimonial apresentado pela RKV ALIMENTOS LTDA está em total conformidade com o item 18.4 do edital, que exige a apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais, devidamente assinados pelo administrador da empresa, conforme a legislação vigente. Os balanços patrimoniais dos exercícios de 2022 e 2023 foram corretamente anexados no documento "Documentos de habilitação 1.pdf" e estão disponíveis no SICAF, com as assinaturas do administrador e os registros necessários. Esses documentos comprovam a regularidade contábil e financeira da RKV ALIMENTOS LTDA, atendendo às exigências editalícias.

A recorrente também menciona a ausência de termos de abertura e encerramento. No entanto, é importante destacar que tais termos são obrigatórios somente para empresas que enviam a Escrituração Contábil Digital (ECD) à Receita Federal. Como a RKV ALIMENTOS LTDA é optante pelo Simples Nacional, a empresa está dispensada da entrega da ECD, conforme prevê a legislação tributária vigente. Sendo assim, não há obrigatoriedade de inclusão dos termos de abertura e encerramento nos balanços da RKV ALIMENTOS LTDA, já que essa exigência se aplica apenas às empresas que estão obrigadas a entregar a ECD.

Base Legal:

- Art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.774/2017:

"As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas da obrigação de entrega da ECD, salvo em casos específicos previstos em lei."

Portanto, a RKV ALIMENTOS LTDA cumpriu integralmente as exigências editalícias e legais. A ausência dos termos de abertura e encerramento não configura qualquer irregularidade, visto que a empresa está dispensada da entrega da ECD por ser optante do Simples Nacional. Assim, todos os documentos contábeis apresentados estão em conformidade com os padrões exigidos.



2. Declaração de Certidão de Cartório Distribuidor

A recorrente MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA alega que a RKV ALIMENTOS LTDA não apresentou a Certidão de Cartório Distribuidor, documento destinado a comprovar a inexistência de pedidos de falências ou concordatas, conforme previsto no item **18.2.1.1** do edital.

No entanto, o próprio edital é claro ao estabelecer que a exigência da declaração do foro ou documento idôneo é facultativa, a critério do pregoeiro, podendo ser solicitada como documento complementar. O item **18.2.1.1** menciona expressamente que o pregoeiro pode ou não requerer essa documentação complementar, dependendo da sua análise e discricionariedade. No presente certame, não houve solicitação por parte do pregoeiro para a RKV ALIMENTOS LTDA apresentar tal certidão, o que torna a alegação da recorrente improcedente.

Além disso, a RKV ALIMENTOS LTDA apresentou todas as certidões obrigatórias e solicitadas pelo edital, cumprindo rigorosamente as exigências para comprovar sua regularidade jurídica. O pregoeiro, com base em sua prerrogativa legal e no poder discricionário conferido pelo edital, não encontrou necessidade de solicitar a Certidão de Cartório Distribuidor, pois as demais documentações apresentadas pela empresa já demonstravam a sua regularidade.

Dessa forma, a alegação de que o edital seria "frágil" por deixar essa decisão a critério do pregoeiro não tem fundamento, uma vez que a legislação e as normas licitatórias permitem essa flexibilidade, justamente para otimizar o processo e evitar a exigência de documentos desnecessários, salvo em casos específicos.

Base Legal: Item **18.2.1.1** do edital:

"A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro."

Portanto, a RKV ALIMENTOS LTDA cumpriu todas as exigências impostas pelo edital, e o pregoeiro agiu dentro de sua competência ao não solicitar a apresentação adicional da Certidão de Cartório Distribuidor.

3. Certidão Negativa de Débitos Estaduais (ICMS)

A recorrente MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA alega que a RKV ALIMENTOS LTDA não apresentou a Certidão Negativa de Débitos Estaduais (ICMS), conforme solicitado pelo item **17.4** do edital, e que não há registro dessa documentação no **SICAF**, nem menção a esse fato no chat do pregão.

De fato, a Certidão Negativa de Débitos Estaduais (ICMS) não foi apresentada no momento da habilitação, mas é importante destacar que a não apresentação imediata da certidão não implica em inabilitação automática da licitante. Conforme previsto na legislação licitatória e no próprio edital, o pregoeiro tem a prerrogativa de **diligenciar** junto à empresa para que apresente a documentação faltante dentro de um prazo razoável, antes de qualquer decisão final de inabilitação.

O objetivo primordial da licitação é garantir a ampla participação e a competitividade entre as empresas, permitindo que pequenos ajustes e correções na documentação sejam feitos sem comprometer a legalidade e a transparência do processo. A ausência inicial de uma certidão não pode ser considerada motivo suficiente para a desclassificação sumária da RKV ALIMENTOS LTDA, especialmente se houver possibilidade de sanar essa pendência por meio de diligência, conforme os princípios de razoabilidade e economicidade que regem o processo licitatório.



Além disso, é comum que algumas certidões estaduais, como a de ICMS, possam ser verificadas diretamente junto aos sistemas estaduais, o que poderia ser feito mediante consulta pública pelo pregoeiro ou mediante diligência solicitada à empresa. O fato de a certidão não ter sido mencionada no chat não exclui a possibilidade de regularização da documentação após esse momento.

Base Legal: O item **17.4** do edital prevê:

"Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão(ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei."

Adicionalmente, o **Art. 64, § 1º, da Lei 14.133/2021** permite que a administração solicite diligências complementares para que sejam apresentados documentos faltantes ou para sanar dúvidas acerca dos documentos apresentados.

4. Declaração sobre Justificativa para Não Envio de Documentos (Balanço)

A alegação da recorrente, MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, de que houve um erro ao justificar o não envio do balanço patrimonial solicitado, é infundada. Conforme mencionado no recurso, a justificativa seria "absurda" e fora de contexto por ter sido apresentada na fase de habilitação. No entanto, a RKV ALIMENTOS LTDA está em total conformidade com o edital e a legislação vigente.

O edital, em seu item **18.4.2**, determina que a apresentação do balanço patrimonial deve seguir os limites definidos pela Receita Federal do Brasil para a transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED. Entretanto, é importante destacar que microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), registradas no Simples Nacional, estão dispensadas da entrega da ECD, exceto em situações específicas previstas na legislação.

Portanto, como a RKV ALIMENTOS LTDA se enquadra nas condições de dispensa da entrega da ECD para o exercício de 2024, conforme as normas aplicáveis, a justificativa para não envio do balanço patrimonial na forma prevista para empresas de maior porte é plenamente válida. Além disso, o edital permite que o pregoeiro tenha discricionariedade para solicitar ou não determinados documentos, conforme a necessidade, desde que respeitadas as normas legais, o que foi devidamente observado neste certame.

A recorrente menciona que tal justificativa deveria ter sido feita dentro do prazo de 48 horas para impugnação do edital. No entanto, é importante esclarecer que a justificativa não se refere a uma impugnação do edital, mas sim a uma condição amparada por legislação vigente, que permite a dispensa da apresentação de documentos específicos para empresas de menor porte no regime do Simples Nacional.

Base Legal:

- O edital, em seu item **18.4.2**, dispõe que:

"Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped."

- Além disso, conforme a legislação fiscal, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas da entrega da ECD, salvo em casos excepcionais, como a distribuição de lucros que exceda os limites permitidos por lei ou quando determinado por lei específica.



Portanto, a RKV ALIMENTOS LTDA, ao justificar a não apresentação dos balanços conforme o formato solicitado para empresas de maior porte, age dentro da legalidade e das normas do edital. O pregoeiro agiu corretamente ao acatar a justificativa, não havendo qualquer afronta ao processo licitatório.

5. Atestado de Capacidade Técnica

O recurso questiona a veracidade do **Atestado de Capacidade Técnica** apresentado pela **RKV ALIMENTOS LTDA**, alegando que o documento foi emitido em papel timbrado da própria empresa fornecedora do serviço, o que, segundo a recorrente, poderia comprometer sua autenticidade. No entanto, essa alegação não encontra respaldo nas normas que regem o certame.

O edital **não impede** que o atestado seja redigido e emitido pela empresa contratante dos serviços, desde que siga os requisitos estabelecidos, incluindo a correta validação e conformidade com as normas legais. Além disso, a **RKV ALIMENTOS LTDA** anexou **vários atestados de capacidade técnica** de diferentes clientes, que comprovam sua experiência e qualificação para prestar os serviços licitados. Esses documentos foram apresentados de forma clara e em conformidade com o item **19** do edital, que estabelece os critérios de qualificação técnica.

Os atestados apresentados pela RKV ALIMENTOS LTDA incluem não apenas a descrição dos serviços prestados, mas também detalhes sobre a satisfação dos clientes e o cumprimento dos contratos, comprovando que a empresa possui a expertise necessária para realizar o objeto da licitação. Portanto, não há qualquer irregularidade formal nos atestados anexados.

Caso o pregoeiro tenha alguma dúvida quanto à autenticidade dos atestados, ele tem a prerrogativa de realizar **diligências** para verificar a veracidade dos documentos, conforme previsto no item **15.8** do edital. Isso garante a transparência e a lisura do processo licitatório, sem prejudicar a competitividade.

Base Legal:

- Item **15.8** do edital:

"O pregoeiro poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e conformidade dos documentos apresentados pelas licitantes."

Portanto, a **RKV ALIMENTOS LTDA** apresentou **diversos atestados** de capacidade técnica em conformidade com as exigências do edital e com a legislação pertinente, sem qualquer irregularidade ou impedimento quanto à sua forma ou conteúdo.

Conclusão

Diante dos fatos expostos, a **RKV ALIMENTOS LTDA** cumpriu todas as exigências previstas no edital, apresentando os documentos de acordo com as normas da Lei nº 14.133/2021 e os termos editalícios. Não há fundamento jurídico para o acolhimento do recurso interposto pela **MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**.

Pedido:

1. Que o recurso interposto pela **MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA** seja **indeferido** por ausência de fundamento jurídico.
2. Que a **RKV ALIMENTOS LTDA** seja **mantida como vencedora do certame**, com base no cumprimento integral das exigências editalícias e da legislação aplicável.



Atenciosamente,

Sumaré/SP, 14 de Outubro de 2024.



Documento assinado digitalmente

THIAGO SUTER SILVEIRA

Data: 10/10/2024 09:35:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RKV Alimentos LTDA

Thiago Suter Silveira – Sócio

CPF: 331.681.278-41

RG nº: 43.065.762-6 SSP/SP

E-mail: parmeggiolicitacao@gmail.com Tel: (19) 99281-3096



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.111/2024.

Processo Licitatório nº: 6.490/2024

Processo Recurso nº: 30.390/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.111/2024

OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ: 47.522.306/0001-71, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 30.390/2024.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 08/10/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 6.490/2024, a empresa MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 04.





SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: ____ FOLHA: ____

Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que o balanço teria sido apresentado de forma incompleta e seria somente referente ao exercício de 2023, que não teria sido apresentada Certidão de Cartório Distribuidor, não teria apresentado a CND Estadual – ICMS e que um dos atestados de capacidade técnica teria sido anexado com informações supostamente ditas pela empresa que recebeu o serviço, porém no papel timbrado pela empresa que forneceu o serviço.

III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- Que seja reavaliada e até revogada a condição de vencedora do certame a empresa RKV ALIMENTOS LTDA.
- Que seja reprovada a aceitação do Balanço apresentado na sua totalidade em razão dos fatos já expostos.
- Que seja considerado que abrir mão de certidão de Cartório Distribuidor na validade é uma fragilidade na contratação do serviço.
- Que seja ao menos questionado se a empresa possui a certidão Estadual referente ao ICMS, visto que não ter a referida documentação hábil a tempo do





SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

certame e disputar o mesmo sem tê-la é assunto que excede a esfera Civil e editalícia.

- Que sejam diligenciados todos os atestados para análise das devidas comprovações de recolhimento de impostos, emissão de notas, entrada e saídas das mercadorias.
- Que seja ainda apurado o documento que atesta com timbrado da própria empresa beneficiadora do atestado. É de muita estranheza o fato de se ter um documento que deveria ser redigido no timbrado da empresa atestante sendo escrito no Timbrado da empresa que está sendo avaliada. Cabe solicitação de diligenciamento e esclarecimento no mínimo para entendermos o ocorrido.
- Que sejam enviados a todos os órgãos e tribunais competentes a cópia do processo em caso de constatação de algum tipo de má fé ou de ludibriação do ato público do certame.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa a RKV ALIMENTOS LTDA alega que:

- a) o balanço patrimonial apresentado estaria em total conformidade com o item 18.4 do edital, que exige a apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais, devidamente assinados pelo administrador da empresa, conforme a legislação vigente. Os balanços patrimoniais dos exercícios de 2022 e 2023 teriam sido corretamente anexados no documento "Documentos de habilitação 1.pdf" e estariam disponíveis no SICAF, com as assinaturas do administrador e os registros necessários. Outrossim, ao justificar a não apresentação dos balanços conforme o



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

formato solicitado para empresas de maior porte, a recorrida teria agido dentro da legalidade e das normas do edital. O pregoeiro teria agido corretamente ao acatar a justificativa, não havendo qualquer afronta ao processo licitatório.

- b) Quanto aos termos de abertura e encerramento, é importante destacar que tais termos seriam obrigatórios somente para empresas que enviam a Escrituração Contábil Digital (ECD) à Receita Federal. Como a RKV ALIMENTOS LTDA é optante pelo Simples Nacional, a empresa estaria dispensada da entrega da ECD, conforme prevê a legislação tributária vigente. Sendo assim, não haveria obrigatoriedade de inclusão dos termos de abertura e encerramento nos balanços da RKV ALIMENTOS LTDA, já que essa exigência se aplicaria apenas às empresas que estão obrigadas a entregar a ECD.
- c) Quanto à apresentação de Certidão de Cartório Distribuidor, documento destinado a comprovar a inexistência de pedidos de falências ou concordatas, conforme previsto no item 18.2.1.1 do edital, o próprio edital é claro ao estabelecer que a exigência da declaração do foro ou documento idôneo é facultativa, a critério do pregoeiro, podendo ser solicitada como documento complementar. O item 18.2.1.1 menciona expressamente que o pregoeiro pode ou não requerer essa documentação complementar, dependendo da sua análise e discricionariedade. No presente certame, não houve solicitação por parte do pregoeiro para a RKV ALIMENTOS LTDA apresentar tal certidão, o que torna a alegação da recorrente improcedente.
- d) Quanto à Certidão Negativa de Débitos Estaduais (ICMS), a não apresentação imediata da certidão não implicaria em inabilitação automática da licitante. Conforme previsto na legislação licitatória e no





SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

próprio edital, o pregoeiro teria a prerrogativa de diligenciar junto à empresa para que apresentasse a documentação faltante dentro de um prazo razoável, antes de qualquer decisão final de inabilitação. Além disso, seria comum que algumas certidões estaduais, como a de ICMS, possam ser verificadas diretamente junto aos sistemas estaduais, o que poderia ser feito mediante consulta pública pelo pregoeiro ou mediante diligência solicitada à empresa. O fato de a certidão não ter sido mencionada no chat não excluiria a possibilidade de regularização da documentação após esse momento.

- e) Quanto aos atestados de capacidade técnica, o edital não impede que fossem redigidos e emitidos pela empresa contratante dos serviços, desde que sigam os requisitos estabelecidos, incluindo a correta validação e conformidade com as normas legais. Além disso, a RKV ALIMENTOS LTDA teria anexado vários atestados de capacidade técnica de diferentes clientes, que comprovariam sua experiência e qualificação para prestar os serviços licitados. Esses documentos teriam sido apresentados de forma clara e em conformidade com o item 19 do edital, que estabelece os critérios de qualificação técnica.

V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto ao balanço patrimonial de 2022 da empresa RKV ALIMENTOS LTDA constante no SICAF, tal documento fora assinado pelo administrador Thiago Suter Silveira. Já quanto ao balanço patrimonial de 2023, assiste razão à alegação da recorrente, pois tal documento fora assinado somente pelo contador, não constando assinatura do sócio. Desta feita, caberia lançar mão do princípio da





SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

autotutela, o qual estabelece que a Administração Pública possui o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos. Por conseguinte, caberia promover diligência com o intuito de solicitar a assinatura do referido documento pelo sócio, pois, considerando os princípios do formalismo moderado e da economicidade, um mero erro formal não justificaria a desclassificação da licitante sem que fosse oportunizada a ela o envio da documentação retificada, ainda mais considerando a vultosa diferença entre a proposta da licitante primeira colocada (R\$ 203.021,80) e a da segunda colocada (R\$ 401.201,44).

Já quanto ao registro na Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, corroboramos o entendimento da recorrida de que a empresa não teria obrigatoriedade de entrega de ECD por estar na tributação do Simples Nacional, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021.

Nesse sentido, descreve Marçal Justem Filho:

"Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais".

Ademais, no mesmo sentido, entende o Tribunal de Contas da União, conforme se verifica:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas





SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados". (TCU no acórdão 357/2015-Plenário)

No tocante à apresentação de Certidão de Cartório Distribuidor, o edital estabelece que a exigência da declaração do foro ou documento idôneo é facultativa, cabendo salientar que a Certidão do Estado de São Paulo trás no seu corpo a seguinte informação: "Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo", o que torna a alegação da recorrente improcedente.

No que se refere à Certidão Negativa de Débitos Estaduais (ICMS), informamos que para o Estado de São Paulo são solicitadas duas certidões estaduais, que já abarcam o ICMS, quais sejam: Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa e Certidão Negativa de Débitos Tributários não inscritos na Dívida Ativa, tendo sido a primeira obtida pelo pregoeiro em sítio eletrônico oficial do órgão emissor de certidões, conforme prevê o subitem 15.8 do Edital, e a última apresentada pela empresa junto aos demais documentos de habilitação.

Por derradeiro, corroboramos o entendimento da recorrida de que foram apresentados vários atestados de capacidade técnica de diferentes clientes, que comprovam sua experiência e qualificação para prestar os serviços licitados.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R ASECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

Ante o exposto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Nova Friburgo, 21 de outubro de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934





SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DIREITOS HUMANOS,
TRABALHO E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

PROCESSO Nº: 6490/2024
DATA: 31/10/2024
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

De: Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude - Gestão de Processos Administrativos

Para: Procuradoria Geral do Município

Processo nº 6490/2024

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA., inscrita no CNPJ nº 47.522.306/0001-71, através do Sistema de Compras, com fulcro no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, em face do Pregão Eletrônico nº 90.111/2024, com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

Em síntese, a Recorrente alega que o balanço foi apresentado de forma incompleta e somente referente ao exercício de 2023, que não foi apresentada Certidão de Cartório Distribuidor, que não foi apresentada a Certidão Negativa de Débitos Estadual - ICMS e que um dos atestados de capacidade técnica foi apresentado com informações supostamente ditas pela empresa que recebeu o serviço, porém no papel timbrado da empresa que forneceu o serviço.

Em relação ao balanço patrimonial de 2022 da empresa Recorrida, acostado às fls. 860-861 do Processo Administrativo nº 6490/2024, tal documento encontra-se assinado digitalmente pelo administrador Thiago Suter Silveira, conforme fl. 861. Já em relação ao balanço patrimonial de 2023, acostado à fl. 864, assiste razão à alegação da Recorrente, bem como à análise do pregoeiro, tendo em vista que o mesmo somente foi assinado pelo contador, não constando a assinatura do administrador.

Além disso, corroboramos com o entendimento de que, considerando os princípios do formalismo moderado e da economicidade, o mero erro formal ocorrido no caso em tela, não justifica a desclassificação da licitante, sem oportunizá-la o envio da documentação retificada.

O rigorismo formal é rechaçado tanto pela doutrina, quanto pela jurisprudência, que privilegiam a atuação voltada à concretização do interesse público. Sob esse aspecto, em análise ao presente caso, a inabilitação da empresa licitante por mera irregularidade formal não deve prevalecer. Somente os atos que contenham vícios graves, que não possam ser sanados e que porventura possam comprometer a isonomia do certame deverão gerar a desclassificação e inabilitação do licitante.





SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DIREITOS HUMANOS,
TRABALHO E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

PROCESSO Nº: 6490/2024
DATA: 31/10/2024
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Sendo assim, ratificamos que cabe promover diligência para solicitar a assinatura do referido documento pelo administrador.

Embora não seja objeto do presente recurso, com base no apontamento do pregoeiro quanto à vultuosa diferença entre a proposta da licitante primeira colocada (R\$ 203.021,80) e da segunda colocada (R\$ 401.201,44), ressalta-se que, a um, após pesquisa de mercado realizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e consequente escolha de preços de referência para realização do presente certame, realizada por esta Secretaria, o valor total estimado foi fixado em R\$ 565.802,93, conforme Anexo II do Edital, ou seja, significativamente superior ao valor da primeira colocada, a dois, a última ata de registro de preços nº 191/2023 (anexa), realizada por esta Secretaria, com o mesmo objeto, através do Pregão Eletrônico nº 251/2022, registrou o valor total de R\$ 237.146,52, a qual restou inexequível, tendo em vista que a empresa Reis Comércio de Alimentos e Serviços LTDA ME não conseguiu arcar com o objeto, e gerou a aplicação de sanção, conforme processo administrativo de penalidade nº 20764/2023.

Sendo assim, esta Secretaria sugere diligência para solicitar documentações que comprovem a exequibilidade das propostas apresentadas, considerando a discrepância entre o valor da proposta da licitante primeira colocada e do valor total estimado no Anexo II do Edital, bem com a experiência negativa com a ata de registro de preços anterior.

Em relação a Certidão de Cartório Distribuidor, o Edital estabelece, no item 18.2.1.1 que a declaração do foro ou documento idôneo “poderá” ser apresentada pelo licitante ou solicitada pelo pregoeiro como documento complementar, a depender de sua análise e discricionariedade. Sendo assim, a apresentação pelo licitante ou a solicitação pelo pregoeiro da declaração do foro ou documento idôneo é facultativa, assistindo razão à Recorrida, bem como à análise do pregoeiro.

Em relação a Certidão Negativa de Débitos Estadual (ICMS), conforme alegação da Recorrente e concordância da Recorrida, não foi apresentada no momento da habilitação. O pregoeiro, por sua vez, informa que para o Estado de São Paulo, a Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa e a Certidão Negativa de Débitos Tributários não inscritos na Dívida Ativa constantes às fls. 855-856 abarcam o ICMS.

Entretanto, em ambas certidões não se vislumbram a menção quanto ao ICMS, pelo que sugere a fundamentação da referida informação ou diligência para que a Recorrida apresente a referida certidão, de acordo com os princípios da razoabilidade e economicidade que regem o processo de licitação.





SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DIREITOS HUMANOS,
TRABALHO E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

PROCESSO Nº: 6490/2024
DATA: 31/10/2024
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Em relação ao registro na Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped, assiste razão à alegação da Recorrida, bem como à análise do pregoeiro, uma vez que a empresa Recorrida não possui obrigação de entrega de ECD para o exercício de 2024 por ser optante da tributação do Simples Nacional, conforme artigo 3º, § 1º, I da Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021.

Em relação aos atestados de capacidade técnica, embora tenha sido apresentado um atestado em papel timbrado da empresa vencedora do certame, foram apresentados outros diversos atestados de capacidade técnica de outras empresas.

Ademais, não há óbice que o atestado de capacidade técnica seja emitido no papel timbrado da empresa que o fornece, desde que cumpra os requisitos estabelecidos na legislação e no instrumento editalício. O importante é que o documento contenha todas as informações necessárias, como a descrição dos serviços prestados, a identificação da empresa, a assinatura do responsável e que o atestado seja claro e válido, comprovando a experiência e a capacidade técnica do licitante.

E ainda, havendo dúvidas quanto à autenticidade dos atestados, o pregoeiro poderá realizar diligências para verificação da veracidade dos documentos, conforme item 15.8 do Edital.

Portanto, corroboramos com as alegações da Recorrida, bem como com a análise do pregoeiro.

Por todo o exposto, considerando todos os apontamentos e sugestões desta Secretaria, remetemos os autos à Procuradoria Geral do Município, para opinamento, e, após, retornem-se para manifestação final desta Gestora e encaminhamento à Comissão de Pregão, com fito ao prosseguimento do feito e a celeridade que sua tramitação requer.

Nova Friburgo, 31 de outubro de 2024.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano

Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos,
Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude
Mat. 106.137





Processo: 30.390/2024

Recorrente: MJ COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Recorrida: RKV ALIMENTOS LTDA.

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.111 de 2024 - Processo Licitatório n. 6.490/2024

Ao Ilmo. Sra. Dra. Subprocuradora de Processos Administrativos,

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.111 de 2024 - Processo Licitatório n. 6.490/2024, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de lanches, em atendimento às necessidades das atividades e eventos corporativos dos equipamentos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, pelo período de 01 (um) ano.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 31 de outubro do ano em curso.

Para melhor didática e compreensão, passa-se, a seguir, ao relato dos fatos de forma segmentada.

I.1. Das Razões da Recorrente

Em síntese, a recorrente afirma que o balanço patrimonial apresentado pela empresa RKV ALIMENTOS LTDA. foi apresentado de maneira incompleta e seria somente referente ao exercício de 2023, que não teria sido apresentada Certidão de Cartório Distribuidor, não teria apresentado a CND Estadual - ICMS e que um dos atestados de capacidade técnica teria sido anexado com



informações supostamente ditas pela empresa que recebeu o serviço, porém no papel timbrado pela empresa que forneceu o serviço.

Desta forma, nos pedidos a empresa recorrente solicitou que:

- i) seja reavaliada e até revogada a condição de vencedora do certame da recorrida;
- ii) seja reprovado o balanço apresentado;
- iii) seja considerado que abrir mão de certidão de Cartório Distribuidor na validade é uma fragilidade na contratação do serviço;
- iv) seja questionado se a empresa possui a certidão Estadual referente ao ICMS, visto que não ter a referida documentação hábil a tempo do certame e disputar o mesmo sem tê-la é assunto que excede a esfera Cível e editalícia;
- v) sejam diligenciados todos os atestados para análise das devidas comprovações de recolhimento de impostos, emissão de notas, entrada e saídas das mercadorias;
- vi) seja ainda apurado o documento que atesta com timbrado da própria empresa beneficiadora do atestado;
- vii) e por fim que sejam enviados a todos os órgãos e tribunais competentes a cópia do processo em caso de constatação de algum tipo de má fé ou de ludibriação do ato público do certame.

1.2. Das Contrarrazões

A empresa RKV ALIMENTOS LTDA. apresentou contrarrazões, conforme fls. 5/9, refutando as alegações da recorrente e afirmando que:

- i) o balanço patrimonial apresentado estaria em total conformidade com o item 18.4 do edital, que exige a apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais, devidamente assinados pelo administrador da empresa, conforme a legislação vigente. Os balanços patrimoniais dos exercícios de 2022 e 2023 teriam sido corretamente anexados no documento "Documentos de habilitação 1.pdf" e estariam disponíveis no SICAF, com as assinaturas do administrador e os registros necessários. Outrossim, ao justificar a não apresentação dos balanços conforme o formato solicitado para empresas de maior porte, a recorrida teria agido dentro da



legalidade e das normas do edital. O pregoeiro teria agido corretamente ao acatar a justificativa, não havendo qualquer afronta ao processo licitatório.

ii) quanto aos termos de abertura e encerramento, é importante destacar que tais termos seriam obrigatórios somente para empresas que enviam a Escrituração Contábil Digital (ECD) à Receita Federal. Como a RKV ALIMENTOS LTDA é optante pelo Simples Nacional, a empresa estaria dispensada da entrega da ECD, conforme prevê a legislação tributária vigente. Sendo assim, não haveria obrigatoriedade de inclusão dos termos de abertura e encerramento nos balanços da RKV ALIMENTOS LTDA, já que essa exigência se aplicaria apenas às empresas que estão obrigadas a entregar a ECD.

iii) quanto à apresentação de Certidão de Cartório Distribuidor, documento destinado a comprovar a inexistência de pedidos de falências ou concordatas, conforme previsto no item 18.2.1.1 do edital, o próprio edital é claro ao estabelecer que a exigência da declaração do foro ou documento idôneo é facultativa, a critério do pregoeiro, podendo ser solicitada como documento complementar. No presente certame, não houve solicitação por parte do pregoeiro para a RKV ALIMENTOS LTDA apresentar tal certidão, o que torna a alegação da recorrente improcedente.

iv) quanto à Certidão Negativa de Débitos Estaduais (ICMS), a não apresentação imediata da certidão não implicaria em inabilitação automática da licitante. Conforme previsto na legislação licitatória e no próprio edital, o pregoeiro teria a prerrogativa de diligenciar junto à empresa para que apresentasse a documentação faltante dentro de um prazo razoável, antes de qualquer decisão final de inabilitação. Além disso, seria comum que algumas certidões estaduais, como a de ICMS, possam ser verificadas diretamente junto aos sistemas estaduais, o que poderia ser feito mediante consulta pública pelo pregoeiro ou mediante diligência solicitada à empresa. O fato de a certidão não ter sido mencionada no chat não excluiria a possibilidade de regularização da documentação após esse momento.

v) quanto aos atestados de capacidade técnica, o edital não impede que fossem redigidos e emitidos pela empresa contratante dos serviços, desde que sigam os requisitos estabelecidos, incluindo a correta validação e conformidade com as normas legais. Além disso, a RKV ALIMENTOS LTDA teria anexado vários atestados de capacidade técnica de diferentes clientes, que comprovariam sua experiência e qualificação para prestar os serviços licitados. Esses



documentos teriam sido apresentados de forma clara e em conformidade com o item 19 do edital, que estabelece os critérios de qualificação técnica.

I.3. Da Manifestação do Pregoeiro

O pregoeiro da Comissão de Pregão I, em manifestação de fls.10/17, afirma que quanto ao balanço patrimonial de 2023 assiste razão à alegação da recorrente, pois tal documento fora assinado somente pelo contador, não constando assinatura do sócio. Alega ainda que caberia promover diligência com o intuito de solicitar a assinatura do referido documento pelo sócio, pois, considerando os princípios do formalismo moderado e da economicidade, um mero erro formal não justificaria a desclassificação da licitante sem que fosse oportunizada a ela o envio da documentação retificada.

Quanto ao registro na Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, o pregoeiro corroborou com o entendimento da recorrida de que a empresa não teria obrigatoriedade de entrega de ECD por estar na tributação do Simples Nacional, em conformidade com a instrução Normativa RFB nº 2.003/2021.

Já quanto à Certidão de Cartório Distribuidor, o pregoeiro afirma que o edital estabelece que a exigência da declaração do foro ou documento idôneo é facultativa, afirmando ainda que não procede a alegação da recorrente.

No que se refere à Certidão Negativa de Débitos Estaduais (ICMS), informa que para o Estado de São Paulo são solicitadas duas certidões estaduais que já abarcam o ICMS, quais sejam: Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa e Certidão Negativa de Débitos Tributários não inscritos na Dívida Ativa, tendo sido a primeira obtida pelo pregoeiro em sítio eletrônico oficial



do órgão emissor de certidões, conforme prevê o subitem 15.8 do Edital, e a última apresentada pela empresa junto aos demais documentos de habilitação.

No mais, com relação aos atestados técnicos, o pregoeiro entendeu como a recorrida, de que foram apresentados vários atestados de capacidade técnica de diferentes clientes, que comprovam sua experiência e qualificação para prestar os serviços licitados.

I.4. Da Manifestação da Secretaria de Assistência Social

Em síntese, a Secretaria de Assistência Social alega que, em relação ao balanço patrimonial que não está assinado pelo administrador, corrobora o entendimento de que, considerando os princípios do formalismo moderado e da economicidade, o mero erro formal ocorrido no caso em tela não justifica a desclassificação da licitante, sem oportunizá-la o envio da documentação retificada.

No mais, embora não seja objeto do presente recurso, a Secretaria sugeriu diligência para solicitar documentações que comprovem a exequibilidade das propostas apresentadas, considerando a discrepância entre o valor da proposta da licitante primeira colocada e do valor total estimado no Anexo II do Edital, bem com a experiência negativa com a ata de registro de preços anterior.

Quanto à Certidão de Cartório Distribuidor, a pasta alega que assiste razão à Recorrida, bem como à análise do pregoeiro.

Em relação a Certidão Negativa de Débitos Estadual (ICMS), a pasta requerente afirma que, em ambas certidões apresentadas nos autos do processo licitatório, não se vislumbram a menção quanto ao ICMS, pelo que sugere a fundamentação da referida informação ou diligência



para que a Recorrida apresente a referida certidão, de acordo com os princípios da razoabilidade e economicidade que regem o processo de licitação.

Em relação ao registro na Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped, afirma que assiste razão à alegação da Recorrida.

Em relação aos atestados de capacidade técnica, a pasta afirma que não há óbice que o atestado de capacidade técnica seja emitido no papel timbrado da empresa que o fornece, desde que cumpra os requisitos estabelecidos na legislação e no instrumento editalício. E que, ainda havendo



dúvidas quanto à autenticidade dos atestados, o pregoeiro poderá realizar diligências para verificação da veracidade dos documentos, conforme item 15.8 do Edital.

Após o exposto, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral do Município para manifestação jurídica.

É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
 - b) julgamento das propostas;
 - c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
 - d) anulação ou revogação da licitação;
 - e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- [...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo **será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.” (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). O pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-



a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Assistência Social, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequa ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

Por certo, esta assessoria jurídica se manifestará sobre os aspectos jurídicos do recurso, cabendo ao Pregoeiro e à Secretaria Municipal Assistência Social exarar sua decisão.

II.1. Do balanço patrimonial apresentado

Conforme se observa no Edital em comento, o objeto ora licitado é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de lanches, em



atendimento às necessidades das atividades e eventos corporativos dos equipamentos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, pelo período de 1 (um) ano.

O art. 69 da Lei 14.133/2021 traz as exigências que deverão ser requisitadas aos licitantes na fase de habilitação econômico-financeira, dentre elas a exigência de balanço patrimonial (inciso I), senão vejamos:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último



exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Desta forma, da leitura da norma depreendemos que o balanço patrimonial é de apresentação obrigatória, devendo estar regular. No caso em tela, o balanço de 2022 foi apresentado corretamente, porém o de 2023 encontra-se sem a assinatura do administrador.

Sendo assim, o balanço de 2023 se encontra irregular, podendo o Pregoeiro solicitar diligência para que tal vício seja sanado, na forma do art. 64 da Lei 14.133/2021.

II.2. Quanto aos termos de abertura e encerramento

A recorrente ainda menciona que a recorrida não apresentou os termos de abertura e encerramento, tendo a recorrida destacado que a apresentação dos termos somente são necessárias para as empresas que enviam a Escrituração Contábil Digital (ECD) para a Receita Federal, afirmando ainda que, como a recorrida é optante pelo Simples Nacional, estaria dispensada desta apresentação. Para dirimir tal questão, deve ser analisado o art. 3º da Instrução Normativa RFB n. 1.774/2017, senão vejamos:

Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.

§ 1º A obrigação a que se refere o caput não se aplica:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Desta forma, a legislação regulamentadora apresentada corrobora o apresentado pela recorrida, tendo em vista que a mesma é dispensada da apresentação dos Termos, logo, sua não apresentação não gera irregularidade.

No mais, caso permaneça dúvidas sobre o tema, a pasta requisitante ou o Pregoeiro pode



diligenciar o Setor de Registros Contábeis para dirimir eventuais dúvidas remanescentes.

II.3. Da certidão de Cartório Distribuidor

A recorrente alega que a empresa RKV ALIMENTOS LTDA não apresentou a Certidão de Cartório Distribuidor, documento destinado a comprovar a inexistência de pedidos de falências ou concordatas, conforme previsto no item 18.2.1.1 do edital, que traz a seguinte redação:

18.2.1.1 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, **poderão** apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.(grifo nosso)

Com relação a tal tópico, o pregoeiro em sua manifestação de fls. 16 afirma que o edital estabelece que a exigência da declaração do foro ou documento idôneo é facultativa, salientando, ainda, a informação prevista na Certidão do Estado de São Paulo, que traz a seguinte informação:

"Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo."

Pois bem, tendo em vista que a apresentação desta certidão está prevista no edital de forma facultativa à solicitação do pregoeiro, o pedido de apresentação ou não do documento em epígrafe é de responsabilidade do pregoeiro, tendo ele já se manifestado pela improcedência da alegação do recorrente.

II.4. Da certidão estadual referente ao ICMS

A recorrente MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA alega que a RKV ALIMENTOS LTDA não apresentou a Certidão Negativa de Débitos Estaduais(ICMS), conforme solicitado pelo item 17.4 do edital, e que não há registro dessa documentação no SICAF, nem menção a esse fato no



chat do pregão.

O pregoeiro, no que à Certidão Negativa de Débitos Estaduais (ICMS), informa que para o Estado de São Paulo são solicitadas duas certidões estaduais que já abarcam o ICMS, sendo elas a Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa e Certidão Negativa de Débitos Tributários não inscritos na Dívida Ativa, tendo sido a primeira obtida pelo pregoeiro em sítio eletrônico oficial do órgão emissor de certidões, conforme prevê o subitem 15.8 do Edital e a última apresentada pela empresa junto aos demais documentos de habilitação.

Porém, a Secretaria afirma que em ambas as certidões não se vislumbram menção quanto ao ICMS, pelo que sugeriu a fundamentação da referida informação ou diligência para que a Recorrida apresente a referida certidão.

Sendo assim, como esta assessoria não possui competência técnica para a análise do presente pedido da Secretaria de Assistência Social, caso o pregoeiro entenda pela possibilidade/necessidade de tal diligência, esta assessoria não vislumbra óbice.

II.5. Do atestado de capacidade técnica com timbrado da própria empresa

O recurso questiona a veracidade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela RKV ALIMENTOS LTDA, alegando que o documento foi emitido em papel timbrado da própria empresa fornecedora do serviço, o que, segundo a recorrente, poderia comprometer sua autenticidade.

A Secretaria de Assistência afirma que não há óbice que o atestado de capacidade técnica seja emitido no papel timbrado da empresa que o fornece, desde que cumpra os requisitos estabelecidos na legislação e no instrumento editalício, alegando ainda que o importante é que o documento contenha todas as informações necessárias, como a descrição dos serviços prestados, a identificação da empresa, a assinatura do responsável e que o atestado seja claro e válido, comprovando a experiência e a capacidade técnica do licitante.

Tratando-se de requisito de capacidade técnica, cuja incumbência de aferição é do Pregoeiro, caso reste dúvidas quanto à autenticidade do documento apresentado, pode solicitar



diligência, conforme previsto no art. 64 da Nova Lei de Licitações.

II.6. Solicitação de diligência para comprovação de exequibilidade da proposta

A Secretaria de Assistência Social, às fls. 19, afirma ser vultosa a diferença entre os valores apresentados pela primeira colocada (R\$ 203.021,80) e pela segunda colocada (R\$ 401.201,44), pois, além de ser inferior à pesquisa de mercado feita pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e consequente escolha de preços de referência para realização do presente certame realizada pela Secretaria, cujo valor total estimado foi fixado em R\$ 565.802,93, também é inferior ao valor registrado na última Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto, que registrou o valor de R\$ 237.146,52, que restou inexecutável.

Diante dos fatos apresentados, a pasta sugeriu diligência para solicitar documentações que comprovem a exequibilidade das propostas apresentadas, considerando a diferença entre o valor da pesquisa de mercado e o apresentado pela primeira colocada.

Sobre a inexecutabilidade do serviço a ser prestado é importante salientar o previsto no item 14.5 do Edital, senão vejamos:

14.5 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Desta forma, conforme previsto no art. 59, § 2º da Lei 14.133/2021, a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada. Sobre o assunto em tela assim preleciona Marçal Justen Filho¹:

“31.3) A realização de diligências para esclarecer o tema (art. 59, § 2.º)

Admite-se que a Administração promova diligências para determinar a exequibilidade da proposta apresentada pelo licitante. Essas diligências podem envolver atuação exclusiva da Administração ou se traduzir em exigência de que o particular promova a comprovação da exequibilidade.

Com fundamento nesse dispositivo, a Administração pode remeter indagações a



órgãos públicos e instituições privadas ou desenvolver vistorias e outras formas de apuração dos fatos.

Uma alternativa reside em a Administração solicitar do próprio licitante a demonstração da viabilidade da execução da proposta, tal como acima referido.

Nada impede que ambas as providências sejam adotadas, concomitante ou sucessivamente.”

Sendo assim, não há vedação quanto ao pedido da Secretaria, podendo a Administração promover as diligências solicitadas.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, é possível concluir que:

- a) No que diz respeito ao Balanço Patrimonial de 2023 que está sem a assinatura do administrador, este se encontra irregular, podendo o Pregoeiro solicitar diligência para que tal vício seja sanado;
- b) Com relação à apresentação dos Termos de Abertura e encerramento, a legislação regulamentadora apresentada corrobora o apresentado pela recorrida, tendo em vista que a mesma é dispensada da apresentação dos Termos, logo, sua não apresentação não gera irregularidade. Caso permaneça dúvidas sobre o tema, a pasta pode diligenciar o Setor de Registros Contábeis para dirimir eventuais dúvidas remanescentes;
- c) Tendo em vista que a apresentação da Certidão de Distribuidor está prevista no edital de forma facultativa à solicitação do pregoeiro, o pedido de apresentação ou não do documento em epígrafe é de responsabilidade do pregoeiro, tendo ele já se manifestado pela improcedência da alegação do recorrente;
- d) Com relação à apresentação da Certidão Estadual Referente ao ICMS, esta assessoria não possui competência técnica para a análise do presente pedido da Secretaria de Assistência Social; caso o pregoeiro entenda pela possibilidade de tal diligência, esta assessoria não vislumbra óbice;
- e) Sobre o Atestado de capacidade técnica com o timbre da empresa licitante, caso reste dúvidas quanto à autenticidade do documento apresentado, pode o pregoeiro solicitar diligência para dirimir dúvidas documentais residuais, conforme previsto no art. 64 da Nova



Lei de Licitações;

- f) A Secretaria Municipal de Assistência Social sugeriu diligências para solicitar documentações que comprovem a exequibilidade da proposta apresentada, considerando a diferença entre o valor da pesquisa de mercado e o apresentado pela primeira colocada, não vislumbrando esta assessoria vedação quanto ao pedido da Secretaria, podendo, assim, a Administração promover as diligências solicitadas.

Destarte, opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Assistência Social para ciência das recomendações postas no presente parecer e manifestação e, após, à Comissão de Pregão I para providências de sua alçada.

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 07 de Novembro de 2024.

Amanda Foly Azevedo

Assessor Nível Intermediário de Processos Administrativos

Subprocuradoria de Processos Administrativos

Matrícula nº 115.212



SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DIREITOS HUMANOS,
TRABALHO E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

PROCESSO Nº: 6490/2024
DATA: 08/11/2024
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

De: Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude - Gestão de Processos Administrativos

Para: Comissão de Pregão

Processo nº 6490/2024

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA., inscrita no CNPJ nº 47.522.306/0001-71, através do Sistema de Compras, com fulcro no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, em face do Pregão Eletrônico nº 90.111/2024.

Após manifestação desta Secretaria às fls. 893-895 destes autos e às fls. 910-924 do Processo de Recurso Digital nº 30390/2024, o processo foi remetido à Procuradoria Geral do Município para opinamento, o qual foi realizado conforme se demonstra às fls. 910-924 destes autos e às fls. 21-35 do Processo de Recurso Digital nº 30390/2024.

Por todo o exposto, considerando todos os apontamentos e sugestões desta Secretaria, bem como opinamento da Procuradoria Geral do Município, remetemos os autos à Comissão de Pregão para ciência e providências, e, após, caso necessário, retornem-se para manifestação final desta Gestora, com fito ao prosseguimento do feito e a celeridade que sua tramitação requer, tendo em vista a iminência do período de confraternizações e consequente necessidade dos lanches.

Nova Friburgo, 08 de novembro de 2024.

Caroline Guimarães Monteiro

Assessora Nível Intermediário de Processos
Administrativos da SMASDHTPPJ
Mat. 63.647

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano

Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos
Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a
Juventude
Mat. 106.137





**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.111/2024.

Processo Licitatório nº: 6.490/2024

Processo Recurso nº: 30.390/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.111/2024

OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ: 47.522.306/0001-71, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 30.390/2024.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 08/10/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 6.490/2024, a empresa MJ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 04.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que o balanço teria sido apresentado de forma incompleta e seria somente referente ao exercício de 2023, que não teria sido apresentada Certidão de Cartório Distribuidor, não teria apresentado a CND Estadual – ICMS e que um dos atestados de capacidade técnica teria sido anexado com informações supostamente ditas pela empresa que recebeu o serviço, porém no papel timbrado pela empresa que forneceu o serviço.

III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- Que seja reavaliada e até revogada a condição de vencedora do certame a empresa RKV ALIMENTOS LTDA.
- Que seja reprovada a aceitação do Balanço apresentado na sua totalidade em razão dos fatos já expostos.
- Que seja considerado que abrir mão de certidão de Cartório Distribuidor na validade é uma fragilidade na contratação do serviço.
- Que seja ao menos questionado se a empresa possui a certidão Estadual referente ao ICMS, visto que não ter a referida documentação hábil a tempo do



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

certame e disputar o mesmo sem tê-la é assunto que excede a esfera Civil e editalícia.

- Que sejam diligenciados todos os atestados para análise das devidas comprovações de recolhimento de impostos, emissão de notas, entrada e saídas das mercadorias.
- Que seja ainda apurado o documento que atesta com timbrado da própria empresa beneficiadora do atestado. É de muita estranheza o fato de se ter um documento que deveria ser redigido no timbrado da empresa atestante sendo escrito no Timbrado da empresa que está sendo avaliada. Cabe solicitação de diligenciamento e esclarecimento no mínimo para entendermos o ocorrido.
- Que sejam enviados a todos os órgãos e tribunais competentes a cópia do processo em caso de constatação de algum tipo de má fé ou de ludibriação do ato público do certame.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa a RKV ALIMENTOS LTDA alega que:

- a) o balanço patrimonial apresentado estaria em total conformidade com o item 18.4 do edital, que exige a apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais, devidamente assinados pelo administrador da empresa, conforme a legislação vigente. Os balanços patrimoniais dos exercícios de 2022 e 2023 teriam sido corretamente anexados no documento "Documentos de habilitação 1.pdf" e estariam disponíveis no SICAF, com as assinaturas do administrador e os registros necessários. Outrossim, ao justificar a não apresentação dos balanços conforme o



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

formato solicitado para empresas de maior porte, a recorrida teria agido dentro da legalidade e das normas do edital. O pregoeiro teria agido corretamente ao acatar a justificativa, não havendo qualquer afronta ao processo licitatório.

- b) Quanto aos termos de abertura e encerramento, é importante destacar que tais termos seriam obrigatórios somente para empresas que enviam a Escrituração Contábil Digital (ECD) à Receita Federal. Como a RKV ALIMENTOS LTDA é optante pelo Simples Nacional, a empresa estaria dispensada da entrega da ECD, conforme prevê a legislação tributária vigente. Sendo assim, não haveria obrigatoriedade de inclusão dos termos de abertura e encerramento nos balanços da RKV ALIMENTOS LTDA, já que essa exigência se aplicaria apenas às empresas que estão obrigadas a entregar a ECD.
- c) Quanto à apresentação de Certidão de Cartório Distribuidor, documento destinado a comprovar a inexistência de pedidos de falências ou concordatas, conforme previsto no item 18.2.1.1 do edital, o próprio edital é claro ao estabelecer que a exigência da declaração do foro ou documento idôneo é facultativa, a critério do pregoeiro, podendo ser solicitada como documento complementar. O item 18.2.1.1 menciona expressamente que o pregoeiro pode ou não requerer essa documentação complementar, dependendo da sua análise e discricionariedade. No presente certame, não houve solicitação por parte do pregoeiro para a RKV ALIMENTOS LTDA apresentar tal certidão, o que torna a alegação da recorrente improcedente.
- d) Quanto à Certidão Negativa de Débitos Estaduais (ICMS), a não apresentação imediata da certidão não implicaria em inabilitação automática da licitante. Conforme previsto na legislação licitatória e no



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

próprio edital, o pregoeiro teria a prerrogativa de diligenciar junto à empresa para que apresentasse a documentação faltante dentro de um prazo razoável, antes de qualquer decisão final de inabilitação. Além disso, seria comum que algumas certidões estaduais, como a de ICMS, possam ser verificadas diretamente junto aos sistemas estaduais, o que poderia ser feito mediante consulta pública pelo pregoeiro ou mediante diligência solicitada à empresa. O fato de a certidão não ter sido mencionada no chat não excluiria a possibilidade de regularização da documentação após esse momento.

- e) Quanto aos atestados de capacidade técnica, o edital não impede que fossem redigidos e emitidos pela empresa contratante dos serviços, desde que sigam os requisitos estabelecidos, incluindo a correta validação e conformidade com as normas legais. Além disso, a RKV ALIMENTOS LTDA teria anexado vários atestados de capacidade técnica de diferentes clientes, que comprovariam sua experiência e qualificação para prestar os serviços licitados. Esses documentos teriam sido apresentados de forma clara e em conformidade com o item 19 do edital, que estabelece os critérios de qualificação técnica.

V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto ao balanço patrimonial de 2022 da empresa RKV ALIMENTOS LTDA constante no SICAF, tal documento fora assinado pelo administrador Thiago Suter Silveira. Já quanto ao balanço patrimonial de 2023, assiste razão à alegação da recorrente, pois tal documento fora assinado somente pelo contador, não constando assinatura do sócio. Desta feita, caberia lançar mão do princípio da



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

autotutela, o qual estabelece que a Administração Pública possui o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos. Por conseguinte, caberia promover diligência com o intuito de solicitar a assinatura do referido documento pelo sócio, pois, considerando os princípios do formalismo moderado e da economicidade, um mero erro formal não justificaria a desclassificação da licitante sem que fosse oportunizada a ela o envio da documentação retificada, ainda mais considerando a vultosa diferença entre a proposta da licitante primeira colocada (R\$ 203.021,80) e a da segunda colocada (R\$ 401.201,44).

Já quanto ao registro na Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, corroboramos o entendimento da recorrida de que a empresa não teria obrigatoriedade de entrega de ECD por estar na tributação do Simples Nacional, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021.

Nesse sentido, descreve Marçal Justem Filho:

"Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais".

Ademais, no mesmo sentido, entende o Tribunal de Contas da União, conforme se verifica:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados". (TCU no acórdão 357/2015-Plenário)

No tocante à apresentação de Certidão de Cartório Distribuidor, o edital estabelece que a exigência da declaração do foro ou documento idôneo é facultativa, cabendo salientar que a Certidão do Estado de São Paulo trás no seu corpo a seguinte informação: "Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo", o que torna a alegação da recorrente improcedente.

No que se refere à Certidão Negativa de Débitos Estaduais (ICMS), informamos que para o Estado de São Paulo são solicitadas duas certidões estaduais, que já abarcam o ICMS, quais sejam: Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa e Certidão Negativa de Débitos Tributários não inscritos na Dívida Ativa, tendo sido a primeira obtida pelo pregoeiro em sítio eletrônico oficial do órgão emissor de certidões, conforme prevê o subitem 15.8 do Edital, e a última apresentada pela empresa junto aos demais documentos de habilitação.

Por derradeiro, corroboramos o entendimento da recorrida de que foram apresentados vários atestados de capacidade técnica de diferentes clientes, que comprovam sua experiência e qualificação para prestar os serviços licitados.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.390/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

Ante o exposto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

V. DA DECISÃO

Em resposta à solicitação da secretaria requisitante quanto à promoção de diligência com o intuito de comprovar a exequibilidade da proposta e a assinatura do administrador no Balanço Patrimonial de 2023, a empresa RKV ALIMENTOS LTDA solicitou sua desclassificação do certame, conforme documentação disponibilizada em <https://www.pmnf.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1431>.

Por conseguinte, voltaremos a fase com o intuito de convocar a empresa próxima colocada para apresentação da documentação de habilitação.

Nova Friburgo, 02 de dezembro de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934